

Acordo permite

Política

Jornal de Brasília • 3

aprovação do orçamento

O Congresso Nacional aprovou ontem, por acordo de lideranças, o orçamento da União para 1991, fixado em Cr\$ 9,4 trilhões, a preços de maio último, ou Cr\$ 52,6 trilhões a preço médio de 1991. A votação foi possível após um acordo entre o PT e os líderes dos demais partidos, que aceitaram rever a distribuição de uma parte de recursos. Em troca, o PT suspendeu as obstruções que desde quinta-feira passada vinham impedindo a votação do projeto. Mas o fim da novela não abrandou as críticas de alguns parlamentares ao processo de discussão de Lei Orçamentária. O deputado César Maia (PDT-RJ) queixou-se que pelo terceiro ano consecutivo, após a promulgação da nova Constituição, o Congresso não consegue discutir a política econômica por intermédio do orçamento. Contenta-se em alocar as verbas de seus parlamentares através das emendas.

"Rigorosamente, estamos aprovando uma peça que não será executada, pois o governo em seguida baixa seus decretos alocando as verbas de acordo com seus critérios e todo este trabalho perde a validade", criticou Maia. O vice-líder do PT, José Genoíno (SP), também criticou o critério da "árvore de Natal", em que se constituiu a discussão do orçamento, e propôs mudanças para tornar a discussão mais transparente no próximo ano, en-

tre elas o rodízio obrigatório entre os membros da comissão.

O acordo com o PT foi feito às custas do remanejamento de Cr\$ 73 bilhões, dentre os Cr\$ 752 bilhões obtidos com a revisão das receitas orçamentárias. Ao invés destes recursos serem destinados a emendas específicas de parlamentares, foram destinadas aos setores como um todo, cabendo ao governo a tarefa de fazer a distribuição. A rubrica educação foi suplementada em Cr\$ 3 bilhões, habitação popular urbana e assentamentos de trabalhadores rurais ganharam mais Cr\$ 20 bilhões cada e o setor de saúde recebeu mais Cr\$ 30 bilhões, de acordo com a reivindicação das lideranças petistas. Pelo acordo, o dinheiro será distribuído pelo critério da proporcionalidade de população necessitada em cada setor, que beneficiará os municípios com maior população e com maior déficit habitacional.

Ontem o Congresso foi novamente surpreendido pelo Executivo, que aproveitando o último dia de trabalhos legislativos, encaminhou projeto de lei propondo para o orçamento deste ano uma suplementação de verba de nada menos que Cr\$ 12,2 trilhões, apesar do valor astronômico, a medida é apenas um ajuste contábil para regularizar os cruzados novos retidos pelo governo no Banco Central.